



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7965 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

EDUCAÇÃO INFANTIL E AUTORIDADE DO PROFESSOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A ESSÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT

Luciana Santos Andrade Costa - UFG - Universidade Federal de Goiás

EDUCAÇÃO INFANTIL E AUTORIDADE DO PROFESSOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A ESSÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT

Resumo: O texto apresenta reflexões que estão vinculadas a uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo compreender a crise da autoridade do professor. A pesquisa tem como finalidade analisar os documentos da educação infantil: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) 2010 e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2017 e a relação que se estabelece com as políticas públicas problematizando qual o lugar da autoridade docente na educação infantil? Como comparece este tema nas discussões da educação infantil? O trabalho fundamenta-se em pesquisadores que incluem Siqueira (2011), Kramer (2002, 2011) e Kuhlman Jr (1998, 2004), Barbosa (2019) e Hannah Arendt (2011, 2014).

Palavras-chave: Educação Infantil; Professor, Autoridade do professor.

Introdução

Este texto apresenta reflexões que estão vinculadas a uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo compreender a crise da autoridade do professor, especificamente verificar como a autoridade do professor aparece na educação infantil. A pesquisa parte de um levantamento nos artigos do GT 07 da ANPED sobre temática autoridade do professor em um recorte temporal que se limitou 2000 a 2019. Neste estado foi possível perceber que a temática não é tratada diretamente, mas é possível perceber que em alguns textos a questão se apresenta na perspectiva dos professores, incentivando-os a uma perseverança no esforço pela causa da educação inquirindo quais seriam os problemas, nesses casos, muito se fala em metodologias didáticas; ora analisando questões de ordem psicológica, de modo que o professor tenha uma atitude compreensiva com o aluno. O que se pode considerar são duas tendências: a primeira, de que haveria um entendimento da autoridade como algo naturalmente dado, não estando ausente em determinados momentos, logo não seria necessário discuti-la. A segunda seria o fato de que, em se tratando de “crianças pequenas”,

não caberia falar em autoridade, pois colocaria em risco o desenvolvimento da criança e sua autonomia.

Como docente da educação infantil observo que professores pedagogos que atuam nesta etapa da educação básica (educação infantil) ao tratar o tema autoridade, não raro reclamam da falta de autoridade nas instituições, outros atribuem às famílias a responsabilidade por sua ausência. As afirmações tão comuns que circulam nas instituições de educação infantil justificam a necessidade de estudar melhor esse tema. A escolha da educação infantil para a pesquisa é pelo fato de que, nesta etapa da educação básica, a discussão da questão da autoridade é aparentemente ausente na área, tendo estado atrelada ao senso comum.

Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar os documentos da educação infantil: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) 2010 e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2017 e a relação que se estabelece com as políticas públicas problematizando qual o lugar da autoridade docente na educação infantil? Como comparece este tema nas discussões da educação infantil?

O estudo bibliográfico perpassa pelas leituras de Siqueira (2011), Kramer (2002, 2011) e Kuhlman Jr (1998, 2004), Barbosa (2019) dentre outros pesquisadores dos temas criança, infância e a educação infantil que (re) afirmam e (re) conhecem a educação infantil como uma importante etapa de educação básica. Os autores arrolados enfatizam o homem como ser social, ou seja, compreendem que a formação do sujeito ocorre a partir de suas experiências sócio-históricas.

Para discussão da autoridade a pesquisa fundamenta-se em **Hannah Arendt** (1906-1975) pensadora política que se considerava uma leiga em assuntos educacionais, mas que nos textos **A Crise na Educação** e **O que é autoridade?** (incluída no livro *Entre o Passado e o Futuro* (2014) e **Reflexões sobre Little Rock** (2003) tríade escrita entre os anos 50 e 60 possibilitam importantes reflexões sobre a crise “contemporânea” na educação e o papel do adulto especificamente o papel do professor e os modos de ensinar e aprender na educação das crianças.

Autoridade do professor e educação infantil: uma discussão necessária

A pesquisa se desenvolve fundamentada em Arendt (1906-1975) que concebe a educação "entre as atividades mais elementares e necessárias da humanidade" (ARENDR, 2014,p.234).

O estudo considera que a educação tem dois papéis importantes: o primeiro proteger o mundo contra “o assédio do novo” e o segundo acolher e proteger cada novo que chega- a criança- em sua singularidade, pois cada uma necessita de um espaço e de tempo para se desenvolver, conhecer e apropriar do lugar que irá viver.

Ao pensar na educação infantil como uma importante etapa da educação é possível dizer que a Arendt (1906-1975) possibilita reflexões sobre as relações de adultos e crianças, o que na sociedade moderna -contemporânea apresenta-se fundamentada no princípio de igualdade o que por natureza e origem é diferente (velhos/novos, adulto/criança, professor/aluno). Para Arendt (2014) as “diferenças” naturais permitem que os adultos assumam o papel de

responsabilidade pela criança apresentando o mundo preparando “os novos” para a vida para que compartilhem o mundo com os outros.

Nesse sentido se faz necessário pensar a autoridade do professor na educação infantil atentando para a responsabilidade do adulto na medida em que se apresenta a criança ao mundo. Refletir sobre a responsabilidade dos professores em introduzir gradualmente a criança no mundo é ponderar sobre a necessidade do engajamento no mundo preparando as crianças/os recém-chegados em um velho mundo, para serem capazes de viver uma vida humana em um mundo comum, de uma união na pluralidade e para fomentar uma atitude de cuidar do mundo. (ARENDR, 2014).

Em seus textos “O que é Autoridade?”, “A crise da educação” que estão reunidos no livro “Entre o passado e o futuro” Arendt (2014) traz reflexões importantes sobre três pressupostos básicos que agravariam a crise na educação. O primeiro “é que existe um mundo da criança e uma sociedade formada entre crianças, autônomas e que se deve, na medida do possível, permitir que elas governem” (ARENDR, 2014 p.230). Para a autora essa ideia seria em equívoco já que a existência de um mundo construído por crianças, que não foram inseridas no mundo comum sujeita a outras crianças corresponde à sujeição a uma autoridade mais terrível do que a de um adulto, pois colocaria as crianças em uma situação de desamparo, visto que não há nenhum adulto que poderia apresentar o mundo à criança.

O segundo pressuposto básico que agrava a crise da educação “tem a ver com o ensino” (ARENDR, 2014, p.231) a transformação da pedagogia em uma ciência do ensino em geral, a ponto de “se emancipar inteiramente da matéria efetiva a ser ensinada.” (ARENDR, 2014, p.231) aqui Arendt faz importantes considerações sobre a formação do professor sob influência da psicologia moderna e das doutrinas pragmáticas, diz ela, que a pedagogia tornou-se uma ciência do ensino em geral ao ponto de se desligar completamente da matéria a ensinar, como se o professor fosse capaz de lecionar qualquer matéria, recebendo formação no que tange ao ensino, porém não em uma especialidade, por isso ocorrer muitas vezes que o professor está apenas um passo adiante dos estudantes no conhecimento de seu objeto de ensino.

O terceiro aspecto do pensamento de Arendt acerca das razões da crise “consiste em substituir, na medida do possível, o aprendizado pelo fazer” (ARENDR, 2014, p.232). A eventual efetivação desta ideia pode revelar uma concepção utilitária pautada na educação deixando de lado o ensino de conhecimentos científicos descaracterizando os conteúdos da tradição fundamentais para a consolidação do papel da escola, como por exemplo, o ensino no qual deve partir dos interesses da criança. Para Arendt uma formação voltada para o imediatismo desconsidera o compromisso com a esfera pública e política.

Os adultos são responsáveis em apresentar o mundo às crianças e o professor é, na esfera pública, o responsável por apresentar e convidar os novos a fazerem parte desse mundo “face à criança, é como se (o professor) fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo.” (ARENDR, 2014, p. 239).

Conclusão

É nesse contexto que a pesquisa em andamento fundamentada em Hannah Arendt avalia a crise da educação como um problema político e não apenas um problema pedagógico buscando analisar a autoridade do professor a partir dos documentos da educação infantil: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) 2010 e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2017 e a (re) configuração da identidade docente que ao longo dos últimos anos vinte anos pautados “no saber fazer” e de habilidades e competência pode influenciando a perda da autoridade.

Espera-se que a pesquisa reafirme a importância da temática para a educação infantil e a autoridade do professor, pois a educação é uma das atividades mais básicas e mais necessárias da humanidade, que é constantemente renovada pelo nascimento, com a chegada de novos seres humanos.

Referências

ARENDRT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. A condição humana. Tradução Roberto Raposo. 11ª. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Responsabilidade e Julgamento. São Paulo Companhia das Letras. 2003. Reflexões sobre Lítte Rock. (261-281).

BARBOSA, Ivone Garcia. Educação Infantil e Formação de Professores: Relações e Contradições entre Trabalho, Formação e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trabalho Encomendado - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019) GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n° 8.069, de 13 de junho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. Base Nacional Comum Curricular – BNCC Versão Final. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2017.

KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil. Arte do disfarce. 9ª ed. São Paulo: Cortez 2011(b).

_____. Autoria e Autorização: Questões Éticas na Pesquisa com Crianças. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 41-59, julho/ 2002. (c)

KUHLMANN JÚNIOR, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Meditações, 1998.

KUHLMANN, Moysés Jr. **FERNANDES**, Rogério. Sobre a história da infância. In: **FARIA FILHO**, Luciano Mendes (Org.). A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SIQUEIRA, Romilson Martins. Do silêncio ao protagonismo: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança - tese (doutorado) Universidade Federal de Goiás- Faculdade de Educação, 2011.

_____. Federalização da educação infantil Direito público e social das crianças. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 6, n. 10, p. 241-254, jan./jun. 2012.